

A nova pedagogia da hegemonia e a pedagogia do mercado na rede de ensino público municipal de Angra dos Reis – RJ: contextos do mal-estar docente

The new pedagogy of hegemony and market pedagogy in the municipal public education network of Angra dos Reis – RJ: contexts of teacher malaise

Claudio Fernandes da Costa¹

Felipe de Oliveira Melo²

Rosilda Nascimento Benácchio³

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica inicial sobre a ‘reforma’ educacional implementada no sistema de ensino público municipal de Angra dos Reis, no período 2021-2024, através dos conceitos da “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005) e da “pedagogia do mercado” (Santos, 2012), e de seus possíveis impactos no “mal-estar docente” (Esteve, 1999). Justifica-se pela necessária discussão dos impactos gerados pela ação do gerencialismo empresarial na escola pública. Como metodologia, foi usada a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa com o aporte teórico de Esteve (1999), Neves (2005), Dejours e Bègue (2010), Santos (2012) e Zafalão (2021), além de uma Enquete Docente (2025) respondida por 88 professores dessa rede sobre a relação das condições de trabalho e saúde dos docentes. Conclui-se que há o aprofundamento da pedagogia do mercado no município de Angra dos Reis, por meio do gerencialismo do governo municipal sobre o trabalho docente, promovendo o estado de mal-estar e, em muitos casos, o adoecimento de professores pressionados por sobrecarga de trabalho, excesso de monitoramento e controle burocrático, além da alienação do trabalho forjada na transformação das subjetividades dos professores em favor da padronização e mercantilização da educação.

Palavras-chave: Nova pedagogia da hegemonia; Pedagogia do mercado; Mal-estar docente; Rede pública de Angra dos Reis.

Abstract

This article aims to conduct an initial critical analysis of the educational “reform” implemented in the municipal public education system of Angra dos Reis, in the period 2021-2024, through the concepts of the “new pedagogy of hegemony” (Neves, 2005) and “market pedagogy” (Santos, 2012), and its possible impacts on “teacher malaise” (Esteve, 1999). It is justified by the necessary discussion of the impacts generated by the action of corporate management in public schools. The methodology used was qualitative bibliographic and documentary research, with theoretical contributions from Esteve (1999), Neves (2005), Dejours and Bègue (2010), Santos (2012) and Zafalão (2021), in addition to a Teacher Survey (2024/2025) answered by 88 teachers from this network on the relationship between working conditions and teacher health. It is concluded that there is a deepening of market pedagogy in the municipality of Angra dos Reis, through the municipal government's management of teaching work, promoting a state of malaise and, in many cases, illness among teachers pressured by work overload,

¹ Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-8311-7367>. E-mail: claudiofernandesdacosta@gmail.com.

² Professor na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Mangaratiba, Rio de Janeiro. Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0005-4981-8027>. E-mail: felipeom2022@gmail.com.

³ Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Educação pela UFF. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2809-1982>. E-mail: rosildabenacchio@gmail.com.

excessive monitoring, and bureaucratic control, in addition to the alienation of work forged in the transformation of teachers' subjectivities in favor of the standardization and commodification of education.

Keywords: New pedagogy of hegemony; Market pedagogy; Teacher malaise; Angra dos Reis public school system.

Introdução

A Educação, como processo de formação fundamental para a transformação social, é objeto de disputa política. Sobretudo a educação pública, por atender a grande fração da classe trabalhadora que fornece a força de trabalho necessária à produção e reprodução da riqueza, em favor da classe dominante. Por mais óbvias que sejam essas afirmações, elas carregam a experiência histórica da luta entre classes sociais com interesses divergentes (Marx; Engels, 2005). Em um país de “capitalismo dependente” (Fernandes, 1981, p. 55) como o Brasil, a ideologia neoliberal aprofundou-se de modo funcional à manutenção da reprodução do capital através da reconfiguração do Estado em articulação com a formação de novos valores e comportamentos sociais. Alinhada a este cenário e visando o acúmulo do capital, a classe economicamente dominante promove seus projetos político-educacionais, apresentando-se como a “[...] classe dirigente, educadora do consenso, tal como é exigido nas sociedades mais complexas, nas quais o Estado se ampliou graças a incorporação dos aparelhos da sociedade civil” (Coutinho, prefácio em Neves, 2005, p. 13).

Assim sendo, grupos empresariais cumprem suas agendas, com interferência sistemática, no aparelhamento estatal visando a posição de grupo dirigente no campo das políticas educacionais em todas as esferas administrativas do Estado, conforme apontam diversas e diversos pesquisadores, tais como: Accioly e Lamosa (2021); Silva e Lamosa (2021); Pronko (2019); Costa (2018); Mendonça (2014); Santos (2012), Neves (2005) e Antunes (2000).

Neste contexto, o presente trabalho, vinculado à pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro”⁴ (Lamosa, 2025), se propõe a uma análise crítica inicial sobre a ‘reforma’ do sistema de ensino público municipal de Angra dos Reis, RJ, no período entre 2021 e 2024, através dos conceitos da “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005) e da “pedagogia do mercado” (Santos, 2012), destacando seus

⁴ O projeto que resultou na pesquisa que originou este artigo foi protocolado na Plataforma Brasil, tendo passado pelo processo da Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CAAE: 83419724.2.0000.0311 - Número do Comprovante: 112837/2024).

possíveis impactos no “mal-estar docente” (Esteve, 1999). Salientamos que utilizamos a expressão ‘reforma’, entre aspas, no mesmo sentido do título da tese de Nepomuceno (2022): A reforma do ensino médio no Brasil: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente.

Justifica-se o *lócus* e a temporalidade do nosso recorte, a partir das políticas implementadas, no referido período, isto é, a alteração do sistema de avaliação da rede pelo Sistema de Avaliação da Rede Pública Municipal de Angra dos Reis (AVALIAR) e o Índice de Desenvolvimento da Educação dessa mesma rede (IDEAR), com alinhamento ao SAEB/IDEB e, portanto, à Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017).

Concordamos com Macedo (2019) que, ao investigar a noção geral de competências e como ela “passou a estruturar a Base, pós-impeachment”, conclui que: “[...] há um alinhamento da política educacional do País à governança da [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] OCDE baseada na comparabilidade que, defendo, inviabiliza a educação como empreitada intersubjetiva” (Macedo, 2019, p. 39, grifo nosso).

O presente trabalho justifica-se, ainda, pela necessária discussão dos possíveis impactos no trabalho e na saúde das professoras e professores, gerados pelas sucessivas alterações no funcionamento da rede pública municipal em questão, consequência, entre outras ações, do assessoramento empresarial da gestão educacional, a contratação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF - para monitoramento de resultados por meio de avaliações externas nas escolas públicas, além da contratação de empresa privada para fornecer material didático e treinamento profissional de aplicação pedagógica, destacando-se o Programa Mentes Inovadoras.

1. Referencial teórico

Apresentam-se os conceitos de “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2012, p. 41), “pedagogia do mercado” (Santos, 2012, p. 05), e “mal-estar docente” (Esteve, 1999, p. 27), buscando verificar suas possíveis aproximações com as políticas gerencialistas de gestão educacional, implementadas na rede pública municipal de Angra dos Reis, através das Resoluções da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação (SEJIN), emitidas entre os anos de 2021 até 2024. Além disso, a partir do referencial teórico e, principalmente, dos dados obtidos com uma Enquete (2025) realizada com professoras e professores, conclui-se com uma análise sobre possíveis impactos destas políticas para o mal-estar e a saúde docente nesta rede educacional.

Para aproximação ao conceito de “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005), elaborado pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional sobre os estudos da ampliação do Estado brasileiro a partir dos anos 1980, constatou-se que sob influência da ideologia neoliberal se constituiu, de lá para cá, o programa Terceira Via⁵ que difundiu novos ideais, ideias e práticas, aplainando o terreno para a construção de uma nova pedagogia da hegemonia. Sob a hegemonia burguesa, “[...] o Estado capitalista vem realizando o papel de Estado educador objetivando a adaptação da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade, a partir do aparelhamento estatal, e de ações concretas na sociedade civil” (Neves, 2005, p. 26-27).

O conceito de Pedagogia da hegemonia nasce das ações do Estado educador visando o controle do poder hegemônico. Segundo a autora, esse conceito foi inspirado em Gramsci, segundo o qual “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas formas que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 1999, p. 399 *apud* Neves, 2005, p. 27, grifo da autora).

A nova pedagogia da hegemonia no Brasil passa a ser exercida por meio de ações com função educativa positiva desenvolvidas essencialmente na sociedade civil, nos aparelhos de hegemonia política e cultural das classes dominantes, sendo a escola o mais importante deles.

Para Gramsci, a escola é o aparelho de hegemonia que ocupa a responsabilidade institucional pela formação de intelectuais de diferentes níveis. No capitalismo, o Estado educador é o Estado de classes e, sendo assim, Neves (2005, p. 29) defende que este “[...] tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção da classe dominante e dirigente”. Sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, nas sociedades urbanas industrializadas, a escola teria por objetivo elevar o grau de intelectualidade dos sujeitos, a fim de reproduzir de forma ampliada as relações produtivas do capital ao mesmo tempo que promovia a capacitação de dirigentes para exercerem relações de trabalho para a dominação burguesa (Neves, 2005). Produzia-se tanto os sujeitos com capacidade técnica para lidar com o planejamento e organização da produção do capital, como os sujeitos com os conhecimentos propedêuticos para a execução do trabalho, conservando o *status quo* entre as

⁵ Para Neves (2005), a Terceira Via, tão bem expressa pelas obras de Giddens, legitima o projeto mais global de fomentar uma nova forma de sociabilidade burguesa, para o qual os Estados devem se reformar, a sociedade civil se redirecionar e os indivíduos se educarem (Groppo & Martins, 2008, p. 222).

classes sociais. Desta forma, sob a hegemonia burguesa, “[...] a escola torna-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, consequentemente, em veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia” (Neves, 2005, p. 29).

Em Santos (2012, p. 05) temos o conceito de “pedagogia do mercado” que tanto dialoga como embasa a análise desta pesquisa. Afinal, conforme a autora, este conceito trata “[...] do modelo de educação imposto a partir de governos neoliberais no Brasil” em qualquer esfera do poder governamental onde “[...] implantaram o ‘gerencialismo’ nos sistemas escolares nas duas primeiras décadas deste século, acarretando a desconfiguração do trabalho docente, restrito a simples execução, alcance de metas e prestação de contas” (Santos, 2012, p. 05, grifo da autora).

De tal forma que se aliena do trabalho pedagógico a possibilidade de produção criativa, contextualizada e potencialmente transformadora, treinando-o para a aplicação de modelos padronizados e descontextualizados. A autora esclarece que “[...] pela combinação de coerção e persuasão, os sujeitos envolvidos na esfera pedagógica da ‘produção’ são absorvidos pela lógica do mercado”, processo chamado de “mercantilização”, ressaltando que “[...] todo o processo de produção pedagógica é submetido à lógica do mercado: gestão escolar, relações ensino-aprendizagem, conteúdos programáticos, princípios pedagógicos do currículo e avaliação dos resultados” (Santos, 2012, p. 09, grifo da autora).

A pedagogia do mercado também se caracteriza pelas contradições, evidenciadas pela autora no conceito de dualidade escolar que basicamente consiste em limitar a educação à percepção da categoria trabalho como destinação profissional individual ao invés de considerá-la como “[...] princípio educativo na perspectiva emancipatória” dos sujeitos (Santos, 2012, p. 07). O conceito de dualidade escolar expõe que “[...] como prática social, a educação é inexoravelmente política e, portanto despolitizá-la, reduzindo a atividade meramente ‘técnica’ é repolitizá-la em favor da manutenção da hegemonia, desqualificando os significados da educação como prática política transformadora e de formação humana no sentido mais pleno” (Santos, 2012, p. 08).

Sob a ideologia produtivista, o processo de ensino-aprendizagem permanece circunscrito à apresentação de resultados demonstrados por indicadores de desempenho orientados, parametrizados e controlados de acordo com a demanda do próprio mercado. Estes indicadores operam como certificadores de eficiência do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, abusiva e exaustivamente, o trabalho docente fica sob uma vigilância impositiva e sistematicamente reduzido à execução de modelos pedagógicos convenientes para atingir metas

de desempenho na avaliação escolar. Ressalta-se que estes mecanismos gerencialistas que levam à heteronomia o trabalho dos profissionais da escola são, de modo geral, operados por empresas privadas contratadas ou por organizações não governamentais financiadas pelo setor privado.

Na lógica de produção do capital, a pedagogia do mercado é tal qual um novo produto que seria comercializado gradativamente conforme conquistasse os burocratas que a implementarão, os profissionais que a executarão e os usuários que a irão consumir. Então, como convencer corpos e mentes para implementá-la? Segundo Santos (2012), o plano já estava em andamento há décadas, visando criar a demanda por uma mudança na educação pública. Em suma, o plano consiste em sequestrar a escola para conservação dos interesses políticos do mercado. O sequestro da escola ocorreria ao fim de duas etapas: na primeira, realiza-se a desqualificação da escola e, na segunda, propõe-se o salvamento através da proposta da Pedagogia do mercado. Leia-se que o salvamento é a armadilha para o sequestro de fato! Com o sequestro da escola pelo mercado através de sua pedagogia, haveria consequências para os trabalhadores da educação.

Dejours e Bègue (2010), a partir dos conhecimentos reunidos na psicodinâmica e psicopatologia do trabalho, relacionam o aumento da ocorrência de suicídios nos locais de trabalho às pressões e competitividade insuportáveis, humilhações, frustrações e falta de reconhecimento do atual mundo do trabalho. Santos (2012, p. 21) conclui que, se “[...] o trabalho contemporâneo produz regularmente a morte” e a pedagogia do mercado educa, treina, instrui para este mundo do trabalho que produz a morte é, portanto, educar para a morte. “A pedagogia do mercado é a pedagogia da morte” (Santos, 2012, p. 22). Sobre a primeira onda de transformação das condições do trabalho, iniciada no fim dos anos 80 e consolidadas nos anos 90, Dejours e Bègue (2010, p. 34) explicam que “[...] ela se caracteriza pela utilização de novas concepções em ciências da gestão, como um verdadeiro cavalo de Tróia. A produção de valor não teria mais sua origem no trabalho, mas nos novos métodos de gestão”.

O aumento das margens de lucro obtido por intermédio de uma gestão para a produção de valor é a maneira como é apresentado o cavalo de Tróia. Mas, uma vez dentro da cidadela do trabalho, o cavalo da gestão atacará, de fato, e com grande ferocidade, a organização do trabalho propriamente dita. Em nome das novas formas de gestão, impõe-se uma nova doutrina de organização do trabalho. A gestão por objetivos é o meio de introduzir novos instrumentos de controle, incluindo o próprio posto de trabalho (Dejours; Bègue, 2010).

Embora o trabalho dos docentes da rede pública não seja imediatamente produtivo, como o da indústria, visando o lucro, ainda assim a gestão por resultados na área educacional, sob a lógica do capital para fornecimento de mão de obra, promove a produção de um ambiente estressante, de alienação e perda da autonomia do trabalho docente, gerando entre as professoras e professores o estado de “mal-estar docente” (Esteve, 1999, p. 27). O termo mal-estar já indica que algo não está bem e dificilmente definimos de modo específico o que sentimos, contudo, o mal-estar docente se expressa no campo da subjetividade, possibilitando estudar sua elaboração processual como um fenômeno coletivo.

O mal-estar docente como categoria de análise usa fatores principais e secundários (contextuais) que isoladamente já são geradores do mal-estar entre os docentes, contudo, em conjunto, agravam a sua presença. Entre os fatores secundários, Esteve (1999) aponta para aqueles que indiretamente afetam a ação docente como as condições ambientais que afetam a eficiência do professor, como: as situações contraditórias da função docente, a modificação do apoio social de pais, a desvalorização da imagem do professor, entre outras. Já entre os fatores principais estão as condições que geram tensão no clima da sala de aula, interferindo diretamente na práxis docente, como a carência de recursos materiais, condições de trabalho inapropriadas à saúde, violência nas escolas, acúmulo de exigências de trabalho e o esgotamento docente (Esteve, 1999).

Zafalão (2021) contribui com dados de sua pesquisa empírica intitulada “Do que adoecem os professores e professoras?” e realizada com professores/sindicalistas de São Paulo, tendo analisado dados do período entre 2007 até 2018. O autor aponta que os casos de adoecimento docente aumentam significativamente, como segue:

Em 2016, 64% dos que responderam o questionário já foram afastados do trabalho por doenças contraídas por atividade laboral. Em todos os casos de doenças diagnosticadas, 84,1% dos entrevistados informam que tiveram afastamentos do trabalho por problemas de ansiedade e síndrome do pânico, 79,6% por depressão e 58% por estresse. A maioria das licenças foi em um período de 1 a 15 dias de afastamento, entretanto, as doenças por transtorno mental e de comportamento, tiveram afastamento acima de 1 ano. Em 2016, 79,1% dos professores e professoras afirmaram que os problemas de saúde relatados foram diagnosticados por médicos, índice superior às pesquisas anteriores (2003 e 2010). Isso significa que quase 8 em cada 10 professores e professoras tiveram doença por atividade laboral diagnosticada. Quando questionados por doença, 84,2% dos que relataram ter sofrido de estresse, afirmam terem sido diagnosticados por médico, quase o dobro, quando comparado às pesquisas de 2003 e 2010. Quando se trata de ansiedade, os casos diagnosticados chegam a 84,3% e a depressão 92,5% de casos diagnosticados, e transtorno de ansiedade e síndrome do pânico chega a 94% de diagnósticos médicos (Zafalão, 2021, p. 110).

Nos casos acima considerou-se apenas os sofrimentos da mente, contudo há também as doenças do corpo. O autor ainda destaca que “[...] as condições de trabalho afetam o corpo do trabalhador e o sofrimento mental é resultante da organização do trabalho” (Zafalão, 2021, p. 111). E para conceituar condições de trabalho usou definições de Dejours (1992), tais como: “[...] o ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, etc.); o ambiente químico (produtos, vapores, etc.); o ambiente biológico (vírus, bactérias, poeiras, etc, e as condições de higiene e de segurança” (Zafalão, 2021, p. 111).

A partir desses referenciais teóricos, serão analisados: a relação dos conceitos apresentados, com as ações presentes nos documentos emitidos pela SEJIN no período de 2021 a 2024, que implementam a política educacional na rede pública municipal de Angra dos Reis, RJ; além dos possíveis impactos destas políticas para o mal-estar e a saúde dos docentes desta rede, através dos dados obtidos através da já referida Enquete (2025).

2. Metodologia

Como metodologia, realizamos um estudo bibliográfico e documental, de natureza qualitativa, como parte da pesquisa Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro, realizada pelo Laboratório de Investigação, Estado e Poder (LIEPE/UFRRJ), iniciada em 2024, compreendendo ainda a produção e aplicação de uma Enquete Docente⁶ aplicada entre setembro de 2024 e junho de 2025. Registramos que a Enquete Docente (2025), trata-se de um questionário on-line inspirado na "Pesquisa sobre Saúde e Condições de Trabalho dos (as) Profissionais da Educação Básica Pública", realizada pela CNTE (2017)⁷.

A Enquete Docente (2025) aborda a relação entre as condições e processos de trabalho (em geral impactados pelas ‘reformas’ educacionais) e o mal-estar/saúde docente. Essa etapa da pesquisa necessita e será complementada por entrevistas semiestruturadas a serem iniciadas, ainda em 2025, com educadoras e educadores que responderam à referida Enquete (2025) e, nela, indicaram a disposição em colaborar no aprofundamento de suas respostas.

Ao acessarem o texto de apresentação do formulário da Enquete Docente (2025), os docentes foram esclarecidos sobre todas as implicações de sua participação na pesquisa, o que

⁶ O conteúdo das questões da Enquete (2025) encontra-se em: https://drive.google.com/file/d/1Rf3915mx3_nf-sHRrN2PpxhXAOXjmkTZ/view?usp=sharing

⁷ Para saber mais, acesse: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/cnte/relatorio-pesquisa-saude-completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

inclui a desistência em qualquer tempo, bem como as garantias de sigilo sobre os dados ali declarados.

A Enquete (2025) foi disponibilizada a partir de setembro de 2024, via link⁸ do aplicativo Google Formulários, com ampla divulgação pelo LIEPE/UFRRJ e apoio do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE/RJ.

Ao final, a Enquete (2025) alcançou um total de 1.370 professoras e professores em todo o Estado do Rio de Janeiro. Desse total, na rede municipal de Angra dos Reis, recorte do presente trabalho, foram obtidas 88 respostas que subsidiam a nossa análise. Esse e outros recortes dos dados por município foram realizados por meio do software Microsoft Excel que possui filtros avançados para esse fim específico.

Para efeito de uma visão geral do corpo docente da rede municipal de Angra dos Reis, recorremos ao Censo Escolar (INEP, 2024), segundo o qual há 376 professores atuando em Educação Infantil, 489 nos Anos Iniciais, 346 nos Anos Finais e 87 na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Enquete Docente aplicada na rede de ensino público municipal de Angra dos Reis, coletou dados de 88 docentes atuantes nas etapas da Educação Infantil (10), no Ensino Fundamental I (49), no Ensino Fundamental II (26) e mais 3 participantes que não responderam a esse item.

A caracterização do perfil dos respondentes, essencial para a contextualização e análise dos dados obtidos, está destacada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Perfil dos 88 respondentes da Enquete Docente (2025) na rede pública municipal de Angra dos Reis.

Sexo	Raça/Cor	Faixa Etária	Formação	Admissão	Tempo de magistério
Feminino 70	Preta 10	Até 25 anos 05	E. Médio 02	Concursado 85	Menos de 5 anos 16
Masculino 18	Parda 37	26 a 30 anos 04	Graduação 35	Contratado 03	Entre 5 e 10 anos 15
	Branca 41	31 a 35 anos 08	Especialização 43		Entre 11 e 20 anos 30
		36 a 40 anos 13	Mestrado 05		Entre 21 e 30 anos 18
		41 a 50 anos 37	Doutorado 03		Mais de 30 anos 09
		51 a 60 anos 13			
		+ de 60 anos 08			

Fonte: Elaborado pelos autores. Enquete Docente, 2025

Neste sentido, cotejamos os dados produzidos pelos 88 questionários respondidos na Enquete Docente (2025), referentes à rede pública municipal de Angra dos Reis, com a análise de documentos oficiais dessa rede municipal, à luz do aporte teórico dos conceitos “Pedagogia

⁸https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfHleidXibOAuU6PBV-1gd2oh_xyYGVtRA9bBGJnWZ5_KQEAA/viewform

do Mercado” (Santos, 2012); “Nova Pedagogia da Hegemonia” (Neves, 2005); e “Mal-estar docente” (Esteve, 1999), para a investigação inicial da possível relação entre as políticas implementadas em adequação à BNCC e o mal estar-docente nesta rede pública municipal.

Ressaltamos que, após o início da Enquete (2025), fez-se necessária uma questão que explicitasse uma percepção mais precisa dos docentes sobre a relação trabalho e saúde. Assim sendo, foi acrescentada a questão que indaga ‘se os professores se sentem adoecidos pelo seu trabalho’, a ser analisada adiante.

Contudo, é necessário explicar que esta questão só foi acrescentada a partir de dezembro de 2024, após a fase de teste ocorrida entre setembro e novembro do mesmo ano. Como, em dezembro, o formulário já havia recebido a participação de 24 respondentes, esta questão ficou com 24 respostas ‘vazias’ que foram aqui descartadas para não influenciar no seu percentual real. Então, do total de 88 questionários respondidos em Angra dos Reis, foram computadas, apenas neste item, as 64 respostas obtidas, a partir de dezembro de 2024.

Em face do escopo e do desenvolvimento da pesquisa, qualitativa, até o presente momento, reconhecemos limitações, previsíveis, relativas ao seu caráter inicial, exploratório, ao alcance investigativo da Enquete (2025) que, por isso mesmo, demanda, além do aporte teórico, a realização de entrevistas semiestruturadas para buscar-se a essência dos fenômenos nela indicados, pelos dados aqui apresentados.

3. Resultados e Discussão

Em agosto de 2021, após o pico pandêmico de COVID-19, ocorreu o retorno às aulas presenciais nas escolas da educação pública da rede municipal de Angra dos Reis, no início de um novo mandato do chefe do executivo municipal que permaneceria até o ano de 2024. Durante este período os professores e professoras da rede pública de educação básica, passaram a conviver, frequentemente, com os arquivos digitais do Boletim Oficial do município contendo as resoluções da SEJIN que alteraram entre outras coisas, a matriz curricular e o sistema de avaliação da rede pública municipal de ensino onde antes eram usados conceitos avaliativos e passou-se a utilizar notas. Neste sentido, implementaram, através de contratação com o setor privado, a assim chamada metodologia Mind Lab, as avaliações externas do CAED/UFJF e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Angra dos Reis – IDEAR.

Através da Resolução SEJIN nº 05, de 03 fevereiro de 2022, que “dispõe sobre a matriz curricular das unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis e dá

outras providências” (Angra dos Reis, 2022, p. 21-23), esta Secretaria de Educação normatiza a implementação da BNCC (2017) na rede. Assim sendo, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, a regência de turma foi dividida entre docentes que lecionam os componentes curriculares da Base e docentes que lecionam os componentes curriculares da Parte Diversificada. No Ensino Fundamental II, manteve-se um docente para cada componente curricular da Base, que são: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências, História e Geografia, além dos docentes que atuam com a Parte Diversificada, possibilitados inclusive, pelo Regime Especial de Tempo de Trabalho – RETT.

Destacmos a inclusão do componente curricular Projeto de Vida, na Parte Diversificada, para a Educação Fundamental I de tempo parcial e integral, incluindo a Educação de Jovens e Adultos – EJA, etapas I e II, além da Escola Cívico Militar.

De acordo com o Documento Orientador Curricular – DOC BASE - 2022, instituído pela resolução SEJIN nº 009, de 17 de março de 2023, que orienta as habilidades a serem desenvolvidas no processo pedagógico, o componente Projeto de Vida é assim apresentado:

Quando realizado desde criança, no período escolar, torna-se um processo crescente e permanente de desenvolvimento das habilidades intelectuais, emocionais e sociais. Ressalta-se que as habilidades priorizadas em cada eixo temático do componente Projeto de Vida devem ser trabalhadas pelo docente de modo a apresentar uma progressão de complexidade ao longo dos anos de escolaridade do Ensino Fundamental (Angra dos Reis, 2022, p. 90-91).

Este componente está dividida em quatro eixos temáticos, e no eixo Perspectivas de Futuro, composto por seis habilidades, destaca-se que a habilidade “[...] desenvolver noções de mudança, de resiliência, de criatividade e de improviso para lidar com as adversidades das escolhas realizadas durante as trajetórias de vida” (Angra dos Reis, 2022, p. 92-108) é reiterada quatro vezes, no 5º, 8º, 9º anos do Ensino Fundamental e EJA - Etapa 2 – Fase 4.

Tais habilidades coadunam claramente com os interesses hegemônicos de mercado, pela percepção da categoria trabalho como destinação profissional individual ao invés de considerá-la como princípio educativo na perspectiva emancipatória dos sujeitos (Santos, 2012). Este interesse fica claro na pesquisa de modelagem de comportamento em países capitalistas periféricos, conforme Pronko apresenta:

De outro lado, a agenda de “desenvolvimento” proposta pelo Banco Mundial tem incorporado, de maneira explícita a partir do seu “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015: Mente, sociedade e comportamento”, a perspectiva de um novo behaviorismo, com foco na modelagem das condutas população para promoção de processos de tomada de decisões que permitam aos pobres a sua inserção produtiva ou, pelo menos, uma adaptação positiva para contextos cada vez mais adversos (Pronko, 2019, p. 168).

Do mesmo modo, a pesquisa de Accioly e Lamosa (2021), sobre as Competências socioemocionais na formação da juventude através de mecanismos de coerção e consenso frente às transformações no mundo do trabalho, também aponta para mecanismos relacionados a uma nova pedagogia da hegemonia para o mercado:

Competências socioemocionais como perseverança, determinação, comprometimento com o trabalho, responsabilidade, adaptabilidade, gerenciamento de emoções, autoconhecimento, criatividade, engajamento, entre outras, são incorporadas na construção do “projeto de vida” do estudante. Sem uma formação crítica, o estudante é conduzido a acreditar que com esforço e determinação é possível alcançar melhores condições de vida. Por outro lado, é ensinado a ser resiliente para se conformar à instabilidade e precariedade das condições de trabalho. Como a ênfase é no indivíduo, esta abordagem contribui para a fragmentação e dissolução da noção de classe social (Accioly; Lamosa, 2021, p. 22).

Os docentes do Ensino Fundamental II que atuam com Projeto de Vida o fazem por Regime Especial de Trabalho (RETT), de forma precarizada sob o aspecto dos direitos trabalhistas. Além disso, frequentemente se queixam de não ter formação para atuarem com este componente que, quando oferecido, apresenta conteúdo acrítico e usa o contexto social de pobreza e carências como justificativa para a necessidade de fomentar o empreendedorismo e a urgência em planejar o futuro, alimentando ainda mais o discurso neoliberal. Esse é o discurso dominante na rede municipal de Angra dos Reis, onde as competências socioemocionais são aplicadas no processo de formação da infância.

Os docentes do Ensino Fundamental I que atuam com Projeto de Vida são aqueles que assumem regência de turma para lecionar a Parte Diversificada e, quando necessário, o fazem através de Regime de Tempo Integral – RTI, ou seja, o dobro da carga horária.

Uma das consequências da divisão de docentes em dois grupos, buscando atender a BNCC, se expressa quando, na ausência de algum professor da Base, professores da Parte Diversificada se queixam de assédio pela gestão escolar, que os convoca para cobrir esses tempos de aulas, com prejuízo de seu tempo de coordenação livre, planejamento e estudos. Esse direito é garantido pelo Decreto municipal nº 12.473 de 01 de fevereiro de 2022 que regulamenta a jornada de trabalho docente “[...] composta de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos e 1/3 da carga horária para a realização de atividades complementares à docência” (Angra dos Reis, 2022, p.27).

Neste caso, uma vez acionado, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE - Núcleo Angra/Paraty) encaminhou orientações aos professores e oficiou a SEJIN quanto às denúncias recebidas.

3.1 Mercantilização no processo pedagógico: as ‘reformas’ do Estado educador

No programa educacional de Angra dos Reis destaca-se a contratação de empresas privadas para o fornecimento de metodologias pedagógicas e seus materiais didáticos. Na “pedagogia do mercado” (Santos, 2012, p. 05), para além da compra do produto - material didático – é exigida a compra do processo pedagógico a ser aplicado, objetivando a absorção das subjetividades dos professores e professoras em seu fazer pedagógico.

Por meio da contratação pública⁹ por inexigibilidade, a SEJIN celebrou a aquisição da Metodologia Pedagógica - MINDLAB¹⁰, visando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos da Rede Pública Municipal de Educação do Município de Angra dos Reis, através de três compras no valor total de R\$ 19.913.170,00.

Esta metodologia, descrita como inovadora, é realizada por meio de jogos de raciocínio e tem alcançado resultados supostamente comprovados, ao redor do mundo, no desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e éticas em crianças e jovens.

Na metodologia há um cronograma, para a aplicação de diferentes jogos, a ser seguido semanalmente, com aplicação de cerca de uma hora de jogo. Os docentes recebem formações na plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), da empresa, para serem orientados a como aplicar os jogos com os alunos.

Na prática de aplicação desses jogos em sala de aula, as queixas mais comuns dos professores são: o número de estudantes, dificultando a orientação do professor a cada grupo de jogadores; o cansaço ou desistência dos estudantes que rapidamente saem do jogo dispersando a atenção de outros; as contínuas e repetitivas formações, pois o que muda é apenas o jogo, a forma de aplicá-lo permanece a mesma. Por fim, os professores eram informados pela direção escolar que a SEJIN solicitava os registros fotográficos dos momentos de aplicação dos jogos.

Outra contratação realizada pela SEJIN, refere-se ao material didático sobre educação financeira e empreendedorismo, eixo estruturante da BNCC (2017. para a utilização pelo corpo docente e discente da Rede Pública Municipal de Ensino de Angra dos Reis. Neste caso, os docentes se queixam do aumento das responsabilidades e exigências que recaem sobre eles, no controle de uso do material didático, gerando aumento do esgotamento pelo trabalho.

⁹ As três contratações públicas referidas estão disponíveis em: i) 2677_114030_Contrato 093.2021 - Mindlab.pdf. ii) 3078_101858_Termo Aditivo 001 ao Contrato 196-2022 ass.pdf. iii) 3814_32748_Contrato 306-2023 - MINDLAB ass SÓPA.pdf. Acesso em: 06 de jan. 2025.

¹⁰ Para saber mais: <https://mindlab.net/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

3.2 - Gestão gerencial, alienação e heteronímia do trabalho educativo

O município de Angra dos Reis, através do Decreto nº 12.990, de 20 de abril de 2023, cria o Índice de Desenvolvimento da Educação de Angra dos Reis – IDEAR, como “referencial de qualidade” das unidades da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis, que será aplicado em todas as Unidades de Ensino que atuem com turmas desde o 2º ao 9º ano de escolaridade.

Os indicadores são monitorados bimestral e anualmente. O índice bimestral é calculado considerando: rendimento, frequência e desempenho dos alunos apurados pelo Sistema de Gestão Escolar e pela Avaliação da Aprendizagem Diagnóstica da Rede – AVALIAR Formativa. O índice anual é calculado considerando: rendimento escolar, desempenho dos alunos apurados pelo Censo Escolar e pela Avaliação da Aprendizagem Diagnóstica da Rede – AVALIAR Somativa que ocorre ao final do ano letivo. O detalhamento do desenvolvimento e cálculo que determinam o IDEAR não foi apresentado neste decreto e nem na resolução que o regulamenta, considerada nesta pesquisa.

Para regulamentar o decreto foi expedida a resolução SEJIN nº 12, de 20 de abril de 2023 que em seu artigo 4º normatizam a função e objetivos do IDEAR, como segue:

Os indicadores que constituem o IDEAR produzirão dados e parâmetros para aferirem objetivamente, a **eficácia, a eficiência**, e o padrão de qualidade das unidades de ensino, bem como possibilitará a análise das **competências e habilidades** desenvolvidas pelos estudantes da rede pública municipal de ensino no percurso de sua trilha e jornada escolar, devendo ser considerado **instrumento para tomada de decisão** por equipes e comunidades escolares, bem como pela Secretaria de Educação, Juventude e Inovação em relação a promoção das políticas públicas da rede pública municipal de ensino (Angra dos Reis, 2023, p. 8, grifos nossos).

E no § 1º do artigo 5º acrescenta:

§ 1º Considerando que a natureza dos dados se refere ao resultado do desempenho dos estudantes e **reflete a práxis pedagógica** e o processo de responsabilidade dos docentes durante o período letivo, compete aos professores modulados em suas respectivas turmas o preenchimento do Lançamento de Notas e Frequência no Sistema de Gestão Escolar da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação, sob supervisão e acompanhamento do gestor escolar (Angra dos Reis, 2023, p. 8, grifos nossos).

Desta forma, o IDEAR pautado em avaliações externas, frequências e rendimento escolar irá determinar o referencial de qualidade das escolas, desconsiderando o contexto social ao qual a escola está inserida. Além disso, consideramos que os dados apurados sobre o desempenho dos estudantes refletem a práxis pedagógica e o processo de responsabilidade dos docentes durante o ano letivo, ou seja, responsabiliza-os pelo ‘desempenho escolar’ do aluno,

quando sabemos que a condição para o desempenho escolar é sujeita a fatores objetivos, subjetivos e sociais que, em muitos casos, estão fora dos limites da atuação do professor.

Esta política tende a pressionar o trabalho docente a cumprir a ‘reforma’ curricular da rede municipal, aviltando a sua subjetividade ao obrigá-lo a aplicar os modelos fornecidos. E quando, ainda assim, os ‘resultados’ não forem satisfatórios, então o que resta aos docentes além da contestação, como forma de resistência para a manutenção de seu trabalho? Como uma docente relatou, “querem nos ensinar a mentir” (Enquete docente, 2025).

O indicador do rendimento escolar que compõe o IDEAR é obtido no Sistema de Avaliação da Educação de Angra dos Reis – AVALIAR, implementado com a resolução SEJIN nº 020, de 26 de julho de 2022. Em 12 de maio de 2022, a fim de executar a avaliação diagnóstica, formativa, somativa e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes da rede pública municipal de ensino, fornecendo dados para subsidiar ações em prol da suposta melhoria da educação, foi feito o contrato¹¹ entre a SEJIN e o Centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF, no valor de R\$ 1.139.899,88. O CAEd elaborou e realizou as aplicações de avaliações em larga escala, conforme as competências e habilidades utilizadas nas avaliações do Saeb, incluindo avaliação de fluência em leitura¹² realizada com as crianças através de um teste. Os gestores orientaram os professores para atuarem como aplicadores das avaliações, conforme o método de aplicação fornecido pelo CAEd, e depois alimentar, na plataforma CAEd, cada cartão-resposta dos estudantes. Esse processo possui prazo para ser finalizado, causando uma pressão ao trabalho docente, além de acrescentar mais uma tarefa a ser realizada em seu tempo de 1/3 de coordenação e, assim, diminuindo seu tempo para planejamento e estudos.

3.3 Os impactos da alienação do trabalho escolar no mal-estar docente

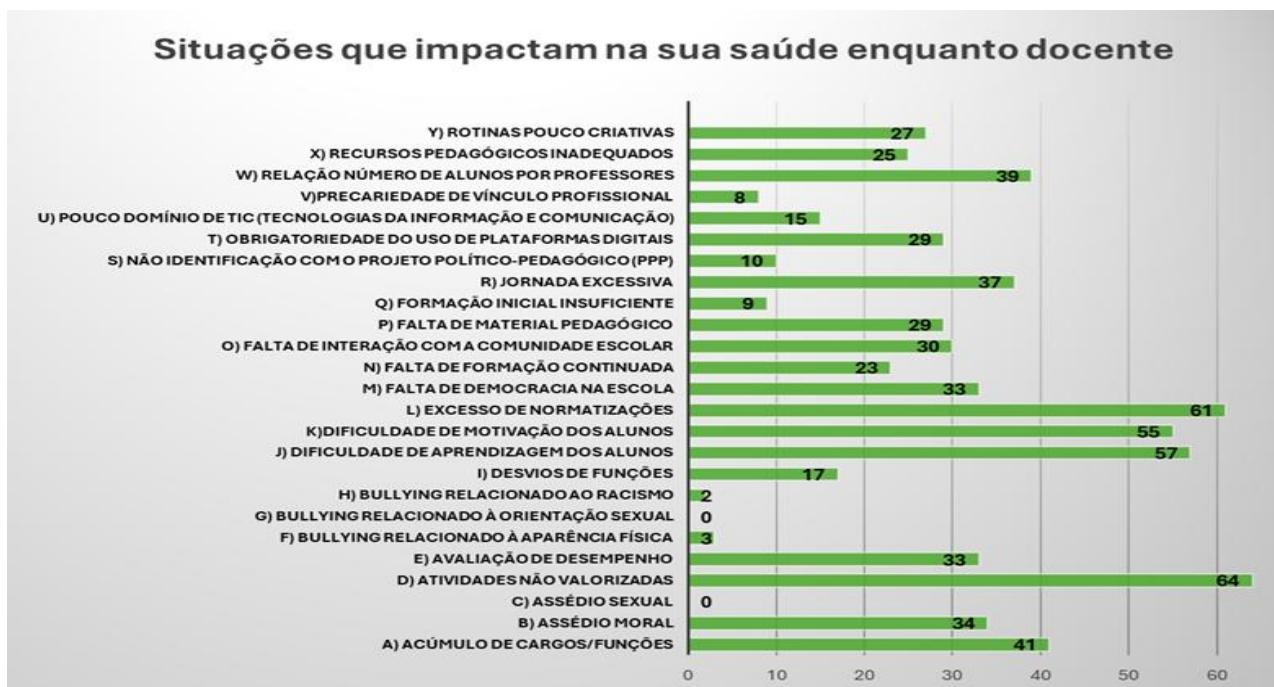
A seguir, apresentamos cinco questões sobre a relação trabalho e saúde docente. Nas três primeiras, os respondentes puderam marcar todas as opções que fossem aplicáveis a seus casos. Apenas a 4^a e 5^a questões exigiram respostas diretas acerca do adoecimento docente pelo trabalho.

¹¹ Para saber mais: https://portal.angra.rj.gov.br/SAPO/_licitacao/adm/contratos/2975_123901_Contrato%20073-2022%20UFJF.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

¹² Na avaliação de fluência o aplicador, usa um tablet para acessar a plataforma digital do CAEd e gravar a leitura da criança conforme orientações do teste, esta leitura será avaliada e classificada conforme perfis de Pré-leitor, Leitor Iniciante e Leitor Fluente.

Em relação a pergunta: “Quais situações impactam na sua saúde enquanto docente?”, do total de 88 respostas recebidas, a Enquete (2025) apontou: atividades não valorizadas com 64 respostas; o excesso de normatizações com 61; a dificuldade de aprendizagem dos alunos com 57; a dificuldade de motivação dos alunos com 55, o acúmulo de cargos/funções com 41 respostas e a relação número de alunos por professor com 39.

Gráfico 1 – Situações que impactam na sua saúde enquanto docente.



Fonte: Elaborado pelos autores. Enquete Docente, 2025

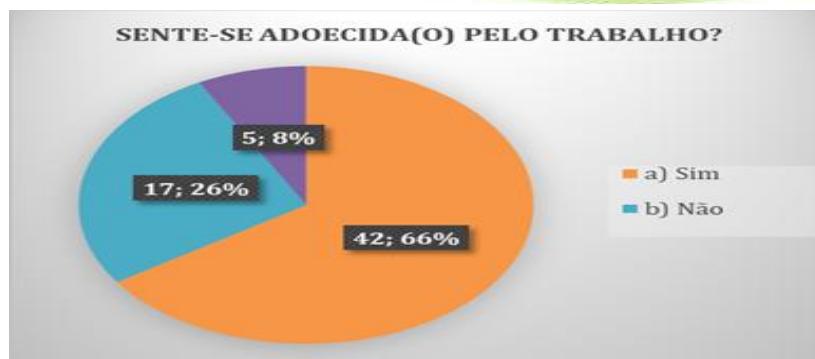
Em resposta à questão: “Quais sintomas de mal-estar e/ou adoecimento você tem experimentado ou já experimentou enquanto docente?”, foram apontados: cansaço ou fadiga em 81 casos; ansiedade em 77; dor de cabeça em 57 casos; nervosismo e dificuldade de concentração em 55; indisposição em 54; problemas de voz e dor nas costas em 49 casos.

Sobre “Quais doenças ou distúrbios afetam ou já afetaram sua saúde?”, as respostas mais citadas foram: o estresse em 54 casos; insônia e alergia a pó 34; problemas psicológicos 33.

Quando perguntados “Qual é o seu padrão de uso de medicação?”, verificamos que o uso de medicamentos com prescrição e sem prescrição médica, somados, totalizam 74 respostas. Ou seja, mais de 80% das respostas indicam o uso de medicamentos pelos docentes.

A seguir, apresentamos a questão que trata mais enfaticamente da percepção docente acerca do adoecimento pelo próprio trabalho, representada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Neste momento, você se sente adoecida(o) pelo trabalho?



Fonte: Elaborado pelos autores. Enquete Docente, 2025

Pelas razões já mencionadas, foram computadas neste item 64 respostas.

Dessas 64 respostas, 42 foram positivas (66%), 17 negativas (26%) e 5 não quiseram responder (8%), expressando o alto índice de professores que se sentem adoecidos pelo seu trabalho. A elucidação sobre a gravidade deste dado, indica um grande desafio para a pesquisa, em sua fase conclusiva, através das já referidas entrevistas semiestruturadas.

Conclusões

Considerando o próprio discurso propagandista do governo municipal, de que essa escola pública (a de Angra) não perde em nada para a particular, fica claro qual é o parâmetro a ser alcançado em seu programa, a reprodução dos valores do capital. O programa educacional do município reforça a “dualidade escolar” (Santos, 2012, p. 08) quanto às possibilidades da formação humana, pois reserva às classes trabalhadoras “formação precária, profissionalizante, instrumental e aligeirada, que lhes aprisiona e conforma na condição de subalternas” (Santos, 2012, p. 19). Essa política, limita a escola à reprodução ideológica, destituindo-a de seu potencial educativo pautado em práticas emancipatórias dos sujeitos. A “pedagogia do mercado” (Santos, 2012, p. 05) está em plena atividade no município de Angra dos Reis, conforme as políticas e documentos públicos aqui expostos, contudo, enfrentando resistência individual e coletiva, sobretudo por parte SEPE Núcleo Angra/Paraty.

No âmbito municipal, a pesquisa aponta que a pedagogia do mercado através da “mercantilização” (Santos, 2012, p. 09) tem submetido à lógica do capital, as relações de ensino-aprendizagem, as concepções pedagógicas e curriculares, a avaliação, enfim o trabalho docente. Os “fatores principais”, indicadores do mal-estar docente são aqueles que afetam diretamente o fazer pedagógico em sala de aula (Esteve, 1999, p. 47). Os impactos da pedagogia

do mercado sobre o trabalho docente foram evidenciados pelo aumento da responsabilização e da demanda de trabalho, além da coerção de suas subjetividades em favor da mercantilização e do esgotamento psicofísico, acentuando o mal-estar, conforme indicado enfaticamente nos dados da Enquete Docente (2025) que trouxemos aqui.

Todavia, conforme também já mencionamos, há a necessidade de aprofundar a presente pesquisa, dialogando diretamente com os docentes sobre a gestão educacional gerencialista e o controle do conteúdo e forma de suas atividades, buscando identificar como o mal-estar e o adoecimento vêm sendo produzidos e administrados, sob a perspectiva da nova pedagogia da hegemonia, mas também formas de resistência individual e/ou coletiva empreendidas por professoras, professores e seus coletivos organizados em sindicatos e movimentos sociais.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, I; LAMOSA, R. de A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 23, n. 3, p. 706–733, 2021. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jul. 2025.

ANGRA DOS REIS. **Decreto no 12.473, de 01 de fevereiro de 2022**, regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais do quadro do magistério da rede pública municipal de ensino de angra dos reis, conforme § 4º, artigo 2º da lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis Ano XVIII - nº 1443, 01 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1443_de_01-02-2022.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. **Resolução SEJIN nº 05, de 03 fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a matriz curricular das unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de angra dos reis e dá outras providências. Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis. Ano XVIII - nº 1444 - 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1444_de_03-02-2022.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. **Resolução SEJIN nº 020, de 26 de julho de 2022**. Institui o sistema de avaliação da educação – AVALIAR - da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis e dá outras providências. Boletim oficial do município de Angra dos Reis, ano XVIII, nº 1531 de

26 de julho de 2022. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1531_de_26-07-2022.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. Resolução SEJIN nº 009, de 17 de março de 2023, dispõe sobre o documento orientador curricular como norteador das ações pedagógicas no âmbito das unidades de ensino da rede pública municipal de angra dos reis e dá outras providências. Boletim oficial do município de Angra dos Reis. Ano XIX, nº 1645, de 17 de março de 2023. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1645_de_17-03-2023.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS, Decreto nº 12.990, de 20 de abril de 2023. Dispõe sobre a criação do índice de desenvolvimento da educação de Angra dos Reis - IDEAR como referencial de qualidade das unidades da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis. Boletim oficial do município de Angra dos Reis, ano XIX nº 1663 de 20 de abril de 2023. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1663_de_20-04-2023.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. Resolução SEJIN nº 012, de 20 de abril de 2023. Regulamenta o decreto nº 12.990, de 20 abril de 2023, que cria o índice de desenvolvimento da educação de Angra dos Reis – IDEAR como referencial de qualidade educacional das unidades da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis. Boletim oficial do município de Angra dos Reis, ano XIX, nº 1663 de 20 de abril de 2023. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1663_de_20-04-2023.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. Angra, Cidade da Educação: R\$ 46 milhões em investimentos. **Portal da Transparência**, notícias, 2024. Disponível em: <https://homolog.angra.rj.gov.br/noticias/10-01-2024/angra-cidade-da-educacao-r-46-milhoes-em-investimentos>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILE, P.; FRIGOTO, F. (org.). **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLASCO, 2000. p. 35-48.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024:** Apresentação, Brasília, 2024.

COSTA, R. E. C. A. Ampliação da Jornada Escolar e o Terceiro Setor: a atuação do CENPEC. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 401-414, abr./jun. 2018.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, Óborés, 1992. Sed. Ampliada.

DEJOURS, C; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho:** o que fazer? Traduzido por Franck Soudant, Brasília: Paralelo 15, 2010.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente:** a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

GROPPÓ, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista brasileira de política e administração da educação**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 215-233, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251>. Acesso em: 06 jan. 2025.

LAMOSA, R. A. C. **Trabalho e saúde de professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro**. [Pesquisa/Enquete Docente] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/LIEPE), Nova Iguaçu, 2025.

MACEDO, E.F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./maio 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 05 set. 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. 4. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2005.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, ed. v.2, n.2, pp. 27-43, jan/jul, 2014. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 06 jan. 2025.

NAVARRO, V. Existe uma terceira via? Uma resposta à "terceira via" de Giddens. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Uberlândia, n. 48, p. 175-244, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/fTSvn4NYLZdMdkTPm4SZ9Ng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2025.

NEPOMUCENO, V. L. C. **A reforma do ensino médio no Brasil**: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente. 2022. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/19516/2/Tese%20-20Vera%20Lucia%20da%20Costa%20Nepomuceno%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. Rio de Janeiro: Xamã, 2005.

PRONKO, M. A. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 4, n. 6, p. 167-180, jan-jun./2019.

SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado**: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SILVA, F. F.; LAMOSA, R. A. C. Estado, classe dominante e educação: uma análise crítica das propostas e das ações do Movimento Brasil Competitivo para a educação básica. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 138–151, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43773>. Acesso em: 26 jan. 2025.

VIEIRA, J. D. Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos (as) profissionais da educação básica pública. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE**, Brasília-

DF, 2017. Disponível em: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/cnte/relatorio-pesquisa-saude-completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

ZAFALÃO, J. **Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Usina Editorial, 2021.